

# XX ENANCIB

## 21 a 25 Outubro/2019 – Florianópolis

### GT-4 – Gestão da Informação e do Conhecimento

#### FLUXO DE INFORMAÇÃO DO ACOMPANHAMENTO DO ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

#### *INFORMATION FLOW OF ACCOMPANYING THE NON-COMPULSORY INTERNSHIP*

Teresinha Pereira da Rocha

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

Pedro Alves Barbosa Neto

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

#### Modalidade: Trabalho Completo

**Resumo:** As informações provenientes da troca de experiências envolvendo formação acadêmica e campo de trabalho durante a atividade de estágio não obrigatório podem ser aproveitadas para decisões no âmbito do curso. Porém, há poucas informações acessíveis na coordenação do curso de Pedagogia presencial produzidas pelo acompanhamento dessa atividade. Nesta pesquisa, buscou-se estabelecer um fluxo informacional do acompanhamento do estágio supervisionado não obrigatório realizado pelos professores orientadores. Para isso, foram definidos os objetivos específicos: descrever como os professores orientadores realizam as etapas do fluxo de acompanhamento; identificar elementos de melhoria para o fluxo de informações no contexto de uma política de informação; e propor um modelo de fluxo de informações. Esta é uma pesquisa aplicada, com abordagem qualitativa, classificada como descritiva e o método de investigação adotado foi o estruturalista. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevista semiestruturada, aplicada a professores orientadores do curso, supervisores de instituições concedentes e alunos com experiência em estágio não obrigatório, definidos por amostragem não probabilística, por conveniência. Com os resultados obtidos pela Análise de Conteúdo, foi elaborada uma proposta de modelo de fluxo de informações do acompanhamento do estágio não obrigatório, como parte de uma resolução, inserida, portanto, em um instrumento de Política da Informação, para implantação na coordenação do curso. O estudo mostrou que os conceitos da Gestão da Informação são estratégicos para propostas de gerenciamento das informações.

**Palavras-Chave:** Estágio não obrigatório. Pedagogia. Gestão da informação. Fluxo de informações. Política da informação.

**Abstract:** Information from the exchange of experiences involving university and field work during the non-compulsory internship activity can be used for decisions within the course. However, there is little information accessible in the coordination of the Pedagogy course produced by the accompanying of this activity. In this research, it was sought to establish an informational flow of accompanying of the supervised non-compulsory internship carried out by the guiding teachers. For this, the specific objectives were defined: describe how the guider teachers carry out the steps of the accompanying flow; identifying elements of improvement for the information flow in the context of an information policy; and to propose an information flow model. This is an applied research, with a qualitative approach, classified as descriptive and the method of research adopted was the structuralist one. Data collection was done through a semistructured interview, applied to guider

teachers of the course, supervisors of granting institutions and students with non-compulsory experience, defined by non-probabilistic sampling, for convenience. With the results obtained by the Content Analysis, a proposal was developed for the information flow model of the accompanying of the non-compulsory internship, as part of a resolution, inserted, therefore, into an Information Policy instrument, for implementation in the coordination of the course . The study showed that the concepts of Information Management are strategic for proposals of information management.

**Keywords:** Non-compulsory internship. Pedagogy. Information management. Information flow. Information policy.

## 1 INTRODUÇÃO

Informações são recursos importantes em qualquer segmento. Na universidade, as informações podem contribuir com as decisões e o direcionamento de cada curso oferecido, promovendo constantes atualizações para a adequada formação profissional.

Inserido na temática da Gestão da Informação, este estudo tem como foco o fluxo de informações referente ao acompanhamento do estágio não obrigatório na coordenação de um curso de Pedagogia presencial de uma universidade pública.

A coordenação de curso é um órgão executivo na estrutura hierárquica da universidade em estudo, responsável pelas atividades pedagógicas da graduação que representa, atendendo aos alunos do respectivo curso. Dentre as ações da coordenação de curso está o gerenciamento do estágio supervisionado não obrigatório. É na coordenação que os alunos formalizam a atividade, sendo aprovada sua realização quando em acordo com a legislação vigente e com o projeto pedagógico do curso.

A aprovação do estágio não obrigatório, de acordo com a Lei do Estágio vigente nº 11.788/2008 (BRASIL, 2008), obriga a instituição de ensino e a instituição concedente a realizarem acompanhamento dos estágios, seja obrigatório ou não obrigatório, na tentativa de resguardar a qualidade do trabalho de formação realizado durante a atividade em campo. No entanto, não estabelece procedimentos para que isso ocorra. Esse é um aspecto importante, visto que o estágio é parte da formação do estudante e não pode equiparar-se ao emprego formal.

Diante de poucas informações acessíveis referentes ao estágio não obrigatório na coordenação pesquisada, emergiu a pergunta que norteia esse trabalho: **Como acontece o fluxo informacional do acompanhamento do estágio supervisionado não obrigatório realizado pelos professores orientadores no curso de Pedagogia presencial da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)?**

A partir dessa questão, o **objetivo geral** para a pesquisa é estabelecer um fluxo informacional do acompanhamento do estágio supervisionado não obrigatório. Para isso, foram previstos como **objetivos específicos**: descrever como os professores orientadores realizam as etapas do fluxo de acompanhamento do estágio não obrigatório; identificar, junto aos sujeitos da pesquisa, elementos de melhoria para o fluxo de informações; e propor um modelo de fluxo de informações para o acompanhamento do estágio não obrigatório inserido no contexto de uma política de informação.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atingir os objetivos desta pesquisa, a abordagem adotada foi a qualitativa. Como explica Flick (2009, p. 37), “a pesquisa qualitativa dirige-se à análise de casos concretos em suas peculiaridades locais e temporais, partindo das expressões e atividades das pessoas em seus contextos locais”. A pesquisa foi descritiva, pois se propôs a descrever como acontece o fluxo informacional referente ao acompanhamento do estágio não obrigatório, mediante o contato direto com o objeto e os fenômenos de estudo. Como define Gil (2008, p.28), “as pesquisas deste tipo [descritivas] têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis”.

O método adotado foi o estruturalista, que se preocupa com o todo organizacional e com o relacionamento das partes na constituição do todo, considerando que qualquer alteração em uma das partes implica na alteração de outra parte ou da relação entre elas (THIRY-CHERQUES, 2006). O método estruturalista desloca o foco do indivíduo para a estrutura (THIRY-CHERQUES, 2004), o que no caso dessa pesquisa foi importante devido à rotatividade dos professores na tarefa de acompanhamento do estágio não obrigatório e à proposta de descrever um fluxo informacional institucionalizado para o curso de Pedagogia presencial.

A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013), realizadas pessoalmente, em 2018. A amostra foi definida por amostragem não probabilística, por conveniência (GIL, 2008), totalizando 31 entrevistas, sendo 12 professores orientadores de estágio não obrigatório do curso de Pedagogia presencial, 15 estudantes de Pedagogia com participação mínima de seis meses em estágio

não obrigatório e quatro supervisores de estágio das principais instituições concedentes. Os dados foram analisados por meio do método Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011).

A fundamentação teórica que permitiu essa trajetória metodológica teve como base a literatura da Ciência da informação, especialmente da Gestão da Informação, e da Educação, com foco no estágio.

### **3 ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO NA FORMAÇÃO ACADÊMICA**

O cenário histórico do estágio não obrigatório mostra que, desde as primeiras regulamentações, essa atividade é tratada como “um período de trabalho” (BRASIL, 1942), estando mais próximo de um mecanismo de preparação de mão de obra do que de uma ação pedagógica (COLOMBO; BALLÃO, 2014; NISKIER; NATHANIEL, 2006).

Ao longo do tempo houve algum avanço na legislação em relação à preocupação com a formação do aluno. Atualmente o estágio é regido pela lei nº 11.788/2008. O conceito de estágio apresentado nessa lei define a atividade como um ato educativo escolar supervisionado, que ocorre no campo de trabalho para preparar o aluno para sua profissão (BRASIL, 2008), e estabelece que o estágio, nas modalidades obrigatória ou não obrigatória, deve estar vinculado ao projeto pedagógico do curso.

A Lei de Estágio vigente determina que cada estagiário tenha um professor orientador na instituição de ensino, nesse caso, a universidade. Esse professor orientador, em parceria com o supervisor da instituição concedente, torna-se responsável pelo acompanhamento efetivo e avaliação das atividades do estagiário, tendo acesso aos relatórios da atividade (BRASIL, 2008). Esta lei, para fins de acompanhamento, não diferencia o estágio obrigatório do não obrigatório. Portanto, ambos os estágios, obrigatório e não obrigatório, são supervisionados e curriculares.

Assim, para a oportuna discussão de como ocorre o fluxo das informações do estágio não obrigatório, houve o embasamento teórico nos conceitos da Gestão da Informação.

### **4 GESTÃO DA INFORMAÇÃO**

A elaboração de um fluxo de informações, como o previsto para o acompanhamento do estágio não obrigatório, apoia-se em conceitos da Gestão da Informação (GI). E nesse contexto, a informação “refere-se a todos os tipos de informação de valor, tanto de origem interna quanto externa à organização. Inclui recursos que se originam na produção de dados, [...], de uma vasta gama de fontes” (TARAPANOFF, 2006, p. 23).

Para Choo (2003), um dos principais autores que defendem a informação como um recurso estratégico no desenvolvimento organizacional, as pessoas e organizações, públicas ou privadas, utilizam, diariamente, informações em suas decisões. O autor explica que “[...] o uso da informação envolve a seleção e o processamento da informação, de modo a responder a uma pergunta, resolver um problema, tomar uma decisão, negociar uma posição ou entender uma situação”. (CHOO, 2003, p.107).

Vários autores têm apresentado seus processos de gerenciamento da informação. No entanto, Monteiro e Duarte (2018) apresentam uma síntese de como a GI pode ser compreendida:

Em suma, a gestão da informação pode ser compreendida como um conceito amplo, um conjunto de atividades realizadas com a finalidade de controlar, armazenar e recuperar, de maneira eficiente, a informação produzida, recebida ou retirada, desde que traga benefícios para a organização em questão, na tomada de decisões e na possibilidade de inovar e de adquirir conhecimentos. (MONTEIRO; DUARTE, 2018, p.99-100).

Durante sua realização, o estágio estabelece uma relação entre o ambiente acadêmico e o ambiente externo que se configura como importante oportunidade de estabelecer uma produtiva troca de informações. Esse ambiente é propício para o estabelecimento de um fluxo de informações.

Segundo Valentim (2013, p. 304), “os fluxos de informação existentes nos ambientes organizacionais são produzidos naturalmente pelas próprias pessoas e setores que nela atuam, a partir das atividades, tarefas e decisões que vão sendo realizadas”. Esses fluxos de informação podem ser denominados de formais, quando estruturados em documentos que determinam os procedimentos referentes ao tratamento, organização, armazenagem, preservação e disseminação das informações, realizados pelos responsáveis, ou informais, quando não estruturados (VALENTIM, 2013, p. 303).

Há diferentes modelos de fluxo informacional, segundo Inomata, Araújo e Varvakis (2015). Nesta pesquisa foi adotado o modelo de fluxo de informação elaborado por Beal (2004), que defende que a informação independente de ser não estruturada, estruturada em papel ou estruturada em computador, percorre um fluxo dentro das organizações. A autora identifica as seguintes etapas: 1. Identificação de necessidades e requisitos; 2. Obtenção; 3. Tratamento; 4. Distribuição; 5. Uso; 6. Armazenamento; e 7. Descarte.

O processo tem início com a identificação de necessidades e requisitos dos indivíduos da organização e do seu público externo. Esse é um processo contínuo, realizado periodicamente. Segundo Beal (2004), a partir dessa primeira etapa podem ser desenvolvidos produtos informacionais voltado para cada grupo e suas respectivas necessidades.

A etapa seguinte é a obtenção de informações, realizada para suprir as necessidades identificadas, com uso de fontes externas ou internas (BEAL, 2004). As fontes de informação adotadas podem ser instituições, pessoas ou documentos (BEAL, 2004; DAVENPORT, 1998).

A terceira etapa do processo é o tratamento, momento em que as informações passam por organização, formatação, estruturação, classificação, análise, síntese e apresentação, com o propósito, segundo Beal (2004), de permitir o acesso à informação e facilitar sua localização.

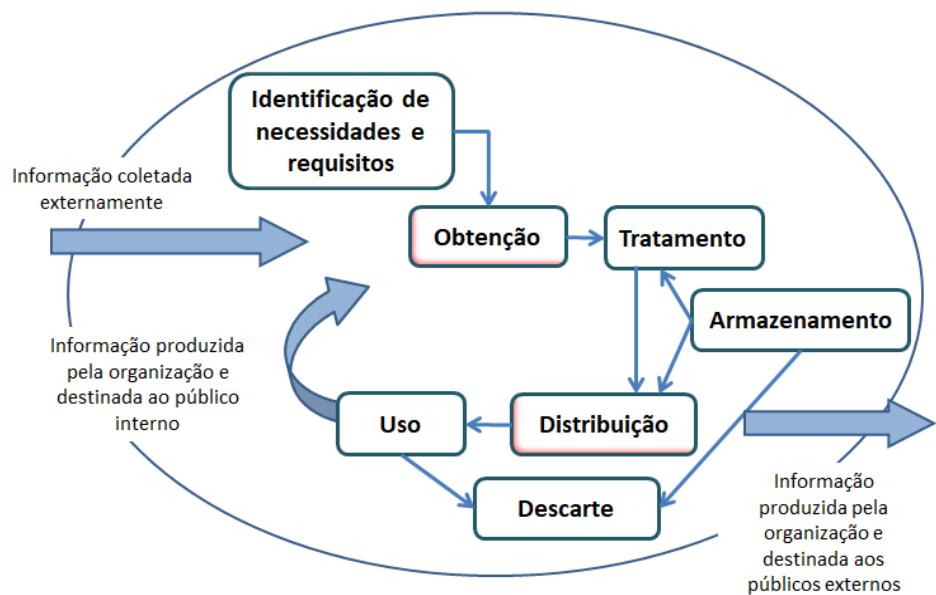
Após o tratamento, está prevista a quarta etapa do fluxo, a distribuição, cujo objetivo é levar a informação a quem precisa, propiciando o seu uso nas decisões. Beal (2004) descreve dois métodos que podem ser utilizados nessa etapa: a divulgação, na qual a organização opta por fornecer determinadas informações ao usuário, e a busca pelo usuário, quando o próprio interessado pode recuperar as informações que necessita.

Beal (2004) considera que a quinta etapa, uso, como a mais importante no fluxo da informação, mas ressalta que as organizações frequentemente ignoram isso.

Como sexta etapa, Beal (2004) identifica o armazenamento como forma de conservação dos dados e informações, o que permite seu uso diversas vezes na organização.

Na última etapa, denominada descarte, as informações que se tornam obsoletas ou inúteis são descartadas, para melhorar o processo de gestão da informação.

**Figura 1: Modelo de fluxo da informação proposto por Beal (2004)**



Fonte: Adaptado de Beal (2004, p. 29)

Um fluxo de informações estruturado funciona como um instrumento de gestão da informação, necessário para obtenção e acesso às informações. Isto é reforçado pela afirmação de Choo (2003) na qual aponta a gestão da informação como estratégia de localização de informações na organização que poderão contribuir com a produção de novos conhecimentos.

As ações estratégicas das organizações, relacionadas à informação, demandam definições quanto à direção a ser seguida. Farias e Vital (2007) entendem que a política de informação poderá ser uma ferramenta para melhor aproveitamento das informações visando alcançar os objetivos organizacionais.

Diversos autores conceituam a política da informação, relacionando-a com um conjunto de normas que orientam as decisões referentes à informação. Pinheiro (2014, p.34) define a política de informação como um conjunto de “leis e regulamentos que lidam com qualquer estágio da cadeia de produção da informação, desde sua criação, seu processamento, armazenamento, transporte, distribuição, busca, uso e sua distribuição”.

Portanto, entendem-se as políticas de informação como instrumentos de regulação e ordenação das práticas organizacionais, permitindo a efetividade de uma intervenção. No caso desta pesquisa, será traçada uma proposta de um fluxo informacional do

acompanhamento do estágio supervisionado não obrigatório, inserido no contexto de uma política de informação.

## **5 IDENTIFICAÇÃO DO FLUXO DE INFORMAÇÃO EXISTENTE**

A orientação do estágio não obrigatório é função restrita a um grupo de professores, ou seja, constitui-se um estrato do corpo docente com vivência muito particular a respeito do estágio não obrigatório.

Ao analisar os dados da pesquisa, constatou-se que a preparação dos professores orientadores envolvidos no acompanhamento do estágio não obrigatório é uma ação não padronizada. A partir dos dados recolhidos e analisados, observou-se que poucos professores orientadores da universidade indicaram que houve preparo, citando orientação verbal ou correio eletrônico pela coordenação do curso. Entretanto, todos os professores orientadores reconheceram terem sido informados sobre a assinatura do contrato, mesmo aqueles que consideraram que não houve preparo. Desta forma, os professores orientadores podem não dominar todas as etapas do fluxo de informações no qual estão inseridos.

Nas instituições concedentes também todos os entrevistados relataram não existir um preparo formal ao profissional que assume a supervisão. O sucesso na função de supervisor está associado a aspectos pessoais e da sua própria experiência, o que expõe o estagiário ao acaso de ser supervisionado por um profissional capacitado para esse fim.

As necessidades de informação derivam de conversas com a coordenação do curso e da experiência desses professores. De maneira geral, as preocupações concentram-se nos dados objetivos descritos no Termo de Compromisso de Estágio, como horário e local do estágio, além de confirmar que o campo de estágio e as atividades são pertinentes a um estudante de pedagogia, no plano de atividades do estagiário. Essa preocupação também foi percebida nos relatos dos alunos. Tenta-se, com essa preocupação, evitar possíveis desvios de função em alguns desses locais de estágio e identificar se o estagiário tem conhecimento para atender essa demanda ou se precisa de suporte do professor orientador.

Nas entrevistas, saber se o estágio está sendo formativo, qual é o impacto do estágio na formação do aluno e o seu desempenho na instituição concedente também foram citadas como necessidades por parte dos professores. Essas necessidades, porém, foram consideradas informações que carecem ser conhecidas.

A identificação das necessidades é importante, mas indicada por Davenport (1998) como uma dificuldade, uma vez que depende da percepção dos sujeitos sobre seus ambientes informacionais. Beal (2004) se aproxima dessa questão, apontando que as necessidades de informação podem variar de usuário para usuário.

A etapa de obtenção de informações ocorre a partir de fontes internas. As fontes formais são o Termo de Compromisso do Estágio, no momento da assinatura do estágio, e o relatório produzido pelo aluno, inserido no módulo de estágio no sistema eletrônico, validado pelo professor orientador. Esse relatório configura-se como oportunidade de obtenção de informações, como destacou o entrevistado P5: “Eu acho que tem coisas que, por exemplo, quando eu leio aqueles relatórios, eu acho que eles têm informações extremamente interessantes, certo?”.

Os alunos, como fontes informais, atuam como complemento ao conjunto disponível de fontes formais. Houve relatos de iniciativas isoladas para obtenção de informações ao longo do período de estágio não obrigatório, tais como: agendamento de encontros coletivos ou individuais, conversas no corredor ou na sala quando é professor da turma. Nota-se uma predominância de informações associadas ao ponto de vista do sujeito em formação. A perspectiva do estagiário é relevante, mas ele pode não compartilhar todas as informações.

Embora os supervisores tenham informações que ajudariam a universidade no acompanhamento do estágio não obrigatório, como, por exemplo, o desempenho do estagiário em campo, todos os professores e supervisores entrevistados enfatizaram que não há contato entre instituições de ensino e qualquer profissional da instituição concedente.

A frequência de obtenção das informações está concentrada no início e no encerramento do estágio. Percebe-se, assim, uma lacuna enquanto a experiência acontece. Ao longo do estágio, como uma atividade dinâmica, diversas informações serão continuamente produzidas. Isso remete à opinião de Beal (2004) na qual menciona que, na maioria dos casos, a obtenção de informações precisa ocorrer ininterruptamente para alimentar as necessidades da organização.

Não há registros e armazenamento de informações do acompanhamento do estágio não obrigatório por parte dos professores. Os alunos fazem seus próprios registros, mas não há compartilhamento das informações.

Sob a perspectiva institucional, na universidade há registro e armazenamento de dados cadastrais e relatórios semestrais dos alunos que realizaram estágio não obrigatório, inseridos no módulo de estágios do sistema eletrônico. Entretanto, os dados dos relatórios dos alunos no módulo de estágios do sistema eletrônico, ainda estão como dados brutos.

Não houve relatos de produção sumarizando ou convertendo informações em formato que permita sua apresentação a indivíduos que possam se interessar por elas. Como principal produto de informações, o relatório não tem abrangência fora do sistema eletrônico. No entanto, esses registros estão armazenados eletronicamente, sem previsão de descarte, possibilitando oportunas iniciativas de tratamento das informações.

Parte dos professores apontou que as informações circulam entre os alunos, de maneira informal. Já outra parte disse que não percebem essa comunicação.

Segundo Davenport (1998, p.189), a distribuição é um passo que “está ligado ao modo como a informação é formatada”. Além disso, ressalta que “se os outros passos do processo estiverem funcionando, então a distribuição será mais efetiva [...]. A análise mostrou que, apesar do notado interesse em formalizar uma distribuição, essa etapa atualmente é prejudicada pela falta de material informacional sistematizado.

Quanto ao uso de informações identificou-se que as informações do estágio não obrigatório são usadas de maneira informal, predominantemente, por iniciativa dos alunos e durante as aulas, em circunstâncias nas quais a prática vivenciada pelos estagiários possa servir como exemplo ou problematizadas nas discussões, como afirma o professor identificado como P7 “Elas [informações do estágio não obrigatório] aparecem, elas surgem [dos alunos]. É uma coisa quase que espontânea”. Quase totalidade dos alunos confirmou que o uso das informações “[...] não é algo puxado pelos professores. É algo que a gente vai... já tá na nossa realidade. A gente vai inserindo...” (aluno identificado como A11) e “Se o professor dá uma brecha, a gente traz as experiências” (aluno identificado como A13).

Algumas disciplinas conseguem criar relações com o tema, contemplando a experiência dos alunos no planejamento de suas aulas. Contudo, há muitas informações que se perdem nesse caminho por não terem espaço nas disciplinas ou em outros momentos do curso. Poucos alunos chegam a aproveitar o material que registram para os trabalhos nas disciplinas. As discussões do curso em instâncias coletivas só abordam o estágio quando há problemas a serem solucionados.

Esse uso de informações também foi identificado nas entrevistas dos supervisores. O supervisor identificado como S3 comentou que as informações ajudaram a melhorar os procedimentos e processos internos. Na instituição concedente do supervisor identificado como S1, as ações elaboradas pelos estagiários, e que deram bons resultados, foram socializadas.

Embora para Beal (2004) o descarte vise excluir dados e informações inúteis, esse tema não suscitou discussões produtivas nas entrevistas.

O Quadro 1 resume o fluxo de informações existente detectado.

**Quadro 1 – Fluxo de Informações encontrado**

Etapa	Atividades realizadas
<b>Preparo dos professores orientadores</b>	Não é padronizada. Ênfase na assinatura do Termo de Compromisso de Estágio e Plano de Atividades do Estagiário.
<b>Identificação de Necessidades e Requisitos de Informação</b>	Concentram-se nos dados legais: horário, instituição concedente e, sobretudo, nas atividades do estagiário na instituição concedente.
<b>Obtenção de Informação</b>	Todas as fontes são internas. Fontes formais: na assinatura do Termo de Compromisso do Estágio e do Plano de Atividades do Estagiário; e na leitura e validação do relatório semestral eletrônico. Fontes informais: os alunos.
<b>Tratamento da Informação</b>	Na universidade há o registro do relatório dos estagiários no módulo de estágios no sistema eletrônico, mas esse material não passa por tratamento.
<b>Distribuição das informações</b>	Informalmente os alunos trocam informações básicas. Entre os professores percebem-se poucos comentários a respeito de questões do estágio não obrigatório.
<b>Uso da informação</b>	Os alunos usam como exemplos e argumentos em sala de aula. Alguns professores buscam a experiência dos alunos em seus componentes curriculares.
<b>Armazenamento das informações</b>	Os registros dos alunos ficam com eles ou nas instituições concedentes onde realizaram o estágio. O relatório do estagiário permanece no sistema eletrônico no formato no qual foi inserido.
<b>Descarte de informações</b>	Não há descarte. Não há definição quanto ao tempo de manutenção do material eletrônico armazenado e das cópias dos Termos de Compromisso na coordenação.

**Fonte: Elaborado pelos autores (2018)**

## **6 PROPOSTAS DE MELHORIA DO FLUXO DE INFORMAÇÃO**

Muitas ações foram propostas pelos entrevistados para as etapas do fluxo de informações referentes ao acompanhamento do estágio não obrigatório.

Para a preparação dos professores orientadores, a sugestão mais indicada, presente na fala de grande parte dos professores entrevistados, foi a realização de reunião periódica.

Outros professores, e também alunos, recomendaram a elaboração de materiais tutoriais disponibilizados eletronicamente aos professores orientadores, descrevendo as atribuições e os procedimentos esperados, visto que não há disponível um instrumento que descreva quais procedimentos espera-se deles para esse trabalho de acompanhamento.

Preparados, os professores orientadores teriam uma visão sistêmica do fluxo de informações no qual estão inseridos, tendo condições de envolver-se e compreender o seu papel desde o início.

Nas entrevistas, saber se o estágio está sendo formativo, qual é o impacto do estágio na formação do aluno e o seu desempenho na instituição concedente foram citadas como necessidades por parte dos professores. Essas necessidades, porém, foram consideradas informações que carecem ser conhecidas. Outra necessidade de informação detectada na fala de parte dos alunos foi a definição do que é o estágio não obrigatório e dos papéis dos envolvidos no estágio: professor orientador, supervisor da instituição concedente e aluno, e suas respectivas responsabilidades.

Como sugestão de professores e de alunos para obtenção de informação, foi indicado instituir **tempo para o orientador acadêmico conversar com os alunos** de sua turma de orientação, em grupo ou disponibilizando horário durante a semana. Como condição ideal, poucos professores e alguns alunos entenderam que o melhor seriam **visitas dos professores orientadores**, ou representantes da instituição de ensino, obtendo as informações nas próprias instituições concedentes quanto ao estágio não obrigatório.

Dispostos a promover a **aproximação da universidade com o campo de estágio**, as ações mais indicadas, comuns nas falas de professores, alunos e supervisores, foram reuniões e promoção de eventos, como Fóruns, Seminários, Rodas de Conversa, Mesas Redondas, Painéis, com participação dos alunos e espaço para debates. A implantação dessas ações coletivas, envolvendo a instituição concedente, universidade e alunos, facilitaria o atendimento das necessidades de informação não supridas, que poderiam se tornar temas desses eventos.

Professores orientadores, supervisores das instituições concedentes, que atualmente não acessam o sistema, e alunos entrevistados, concordaram que o módulo de estágios do sistema eletrônico poderia ter funcionalidades que permitissem ser utilizadas por todos, de forma integrada, propiciando a troca de informações para demandas específicas.

As propostas de tratamento e distribuição das informações identificadas, em sua maioria, estão associadas à sistematização dos relatórios preenchidos pelos estagiários, disponíveis no módulo de estágios do sistema eletrônico. Mas, o levantamento estatístico dos dados cadastrais também foi lembrado pelos professores.

Foi consenso entre os entrevistados o interesse de incremento da distribuição das informações. Já em relação ao público a ter acesso ao material informacional, parte dos professores e alunos entende que, de forma abrangente, todos os professores do curso de Pedagogia presencial deveriam receber informações do estágio não obrigatório. Essas falas se alinham ao pensamento de Pimenta e Lima (2004) e Zabalza (2004) que entendem o estágio como um componente transversal da formação, envolvendo todas as disciplinas curriculares. Também os alunos foram considerados públicos importantes para acesso às informações, bem como os supervisores das instituições concedentes como público alvo externo na distribuição das informações, conforme relato de alunos, professores e dos próprios supervisores entrevistados.

As propostas para uso de informações citadas englobam discussões em sala de aula para aprofundamento de determinadas questões que ocorrem no estágio, assim como relativas ao campo de atuação, às atribuições de um estagiário de pedagogia e às condições de trabalho. Dessa forma, esse aluno, seguro das atividades pertinentes à sua atuação profissional, estaria menos vulnerável a possíveis abusos nas instituições concedentes e mais apto a desempenhar as suas atividades.

A elaboração de um documento que formalize o fluxo de informações foi entendida, neste estudo, como ação que atribui sentido institucional ao acompanhamento do estágio não obrigatório, deslocando, conforme aponta Thiry-Cherques (2004), o foco do indivíduo para a estrutura.

Houve boa receptividade do tema pelos professores entrevistados, indicando ambiente organizacional propício para receber especificações quanto ao trabalho do professor orientador, com o acolhimento da proposta de um fluxo de informações para preenchimento de uma lacuna informacional, previsto em um documento norteador.

## **7 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO**

Baseado no modelo de Beal (2004), o fluxo de informações proposto considerou as ações do fluxo de informações existente, mas contemplou, sobretudo, as demandas e proposições apresentadas pelos entrevistados, detectadas na pesquisa.

A proposta de intervenção incorpora ações voltadas ao fortalecimento do fluxo informacional em perspectiva mais formativa para o estágio não obrigatório, integradas ao curso de Pedagogia, envolvendo os três sujeitos: professores orientadores, supervisores da instituição concedente e estagiários. Essa união de esforços vai ao encontro do pensamento de Pereira e Pereira (2012, p.33) em relação ao estágio: “acreditamos que há de se ter uma proposta de atuação conjunta da escola com as instituições formadoras, unidas pelo desejo de preparar melhor seu pessoal e de transformar-se, impondo a transformação social”.

O impulso ao fluxo de informações nas condições propostas é dado pela etapa **necessidades de informação**. A primeira necessidade de informação refere-se ao próprio preparo do professor orientador, suas atribuições, bem como compreensão dos papéis dos demais sujeitos envolvidos no estágio não obrigatório: supervisores e estagiários. Em seguida, figuram as necessidades de informação identificadas desde o início e ao longo do acompanhamento do estágio não obrigatório: dados obrigatórios para assinatura do Termo de Compromisso do Estágio; capacidade do aluno em realizar as atividades descritas e outras demandas referentes ao plano de atividades do estagiário, no início e ao longo do estágio; envolvimento do aluno no contexto da instituição concedente, sua participação no planejamento e desenvolvimento das ações como integrante da equipe no ambiente profissional, resguardado o limite do papel e atribuições de um estagiário; impacto do estágio na formação do aluno; e avaliação do desempenho do aluno no estágio.

As necessidades serão supridas com a etapa **obtenção de informações**, que ocorrerá por meio das fontes formais e informais. As fontes formais serão: conjunto de documentos e informativos referentes ao estágio não obrigatório; conjuntos de relatórios: relatório dos estagiários no módulo de Estágios no sistema eletrônico, relatório de desempenho do estagiário na instituição concedente e relatório anual de resultados do estágio não obrigatório; e Termo de Compromisso de Estágio e respectivo plano de atividades do estagiário de cada aluno.

As fontes informais são por meio das pessoais envolvidas: contato com alunos, em horário semanal pré-definido na agenda do professor e reuniões com sua turma, momento em que será possível conhecer as condições desse aluno; reuniões semestrais dos

professores orientadores com a coordenação de curso; e troca de informações do professor orientador com supervisores e alunos em evento anual sobre estágio não obrigatório promovido pela coordenação de curso (seminário, fórum, roda de conversa, painel).

Está prevista a utilização de espaço interativo no módulo de estágios do sistema eletrônico para troca de informações entre professores orientadores, supervisores das instituições concedentes e estagiários. Porém, essa ação depende de negociação com instâncias externas à Coordenação do curso.

O Quadro 2 sintetiza como serão captadas as informações para atender cada necessidade de informação no fluxo informacional proposto:

**Quadro 2 – Obtenção de Informações**

Necessidades	Fontes de obtenção de informações
Atribuições do professor orientador, bem como o papel dos demais sujeitos envolvidos no estágio não obrigatório.	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Conjunto de documentos referentes ao estágio não obrigatório.</li><li>✓ Reuniões dos professores orientadores com a coordenação do curso.</li></ul>
Dados obrigatórios para assinatura do Termo de Compromisso do Estágio.	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Termo de Compromisso de Estágio e Plano de Atividades do Estagiário.</li><li>✓ Consulta aos dados de matrícula do aluno no sistema eletrônico.</li></ul>
Capacidade do aluno em realizar as atividades descritas e outras demandas referentes ao Plano de Atividades do Estagiário, na assinatura do Termo de Compromisso do Estágio ou ao longo de sua realização.	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Contato com alunos, em horário semanal pré-definido na agenda do professor e reuniões com a turma.</li><li>✓ Espaço interativo no módulo de Estágios.</li></ul>
Envolvimento do aluno no contexto da instituição concedente e Impacto do estágio na formação do aluno.	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Relatório do estagiário</li><li>✓ Reuniões semestrais dos professores orientadores.</li><li>✓ Troca de informações em evento anual promovido pela Coordenação de curso.</li><li>✓ Relatório anual dos resultados do estágio não obrigatório.</li></ul>
Avaliação do desempenho do aluno no estágio.	<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Relatório de desempenho do estagiário na instituição concedente.</li></ul>

**Fonte: Elaborado pelos autores (2018)**

As visitas dos professores orientadores às instituições concedentes, por demanda ou rotina, poderão complementar as diversas ações de captação de informações, condicionadas às condições institucionais e à agenda do professor orientador.

Ao obter informações, estas poderão demandar novas necessidades, motivo pelo qual a etapa de obtenção de informações, no fluxo proposto, pode retornar às necessidades de informação.

O relatório anual de resultados do estágio não obrigatório figura como fonte de informações, mas também é produto da etapa de **tratamento da informação**. Nesta etapa, a partir dos dados cadastrados no módulo de estágios do sistema eletrônico, do conteúdo dos relatórios e dos registros disponíveis, será produzido um relatório anual apresentando a síntese dos resultados dos estágios não obrigatórios no curso de Pedagogia presencial.

O principal local para **armazenamento das informações** será a página eletrônica da coordenação do curso, contendo o relatório anual e o conjunto de documentos de orientação do professor orientador e alunos, que poderão ser recuperados pelos indivíduos a qualquer momento. Os relatórios dos estagiários e os Termos de Compromisso do Estágio continuarão mantidos no módulo de estágios do sistema eletrônico.

Após o tratamento das informações e seu armazenamento, o fluxo proposto indica a etapa de **distribuição das informações**. Como produto mais abrangente, recomenda-se o compartilhamento do relatório anual, por meio eletrônico, com os professores do curso de Pedagogia presencial, com instâncias superiores na própria universidade e com os supervisores das instituições concedentes. Para que os alunos do curso de Pedagogia presencial accessem o relatório anual, a forma mais viável é o aviso, pelo sistema eletrônico, da inclusão do material na página da Coordenação de curso, com disponibilização do respectivo endereço eletrônico.

O Quadro 3 demonstra como serão encadeados o tratamento, o armazenamento e a distribuição das informações.

**Quadro 3 – Tratamento, armazenamento e distribuição das informações**

Fontes de informação	Tratamento da informação	Armazenamento da informação	Distribuição da informação
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Dados cadastrados no módulo eletrônico;</li><li>▪ Conteúdo dos relatórios dos estagiários;</li><li>▪ Registros das reuniões entre professores e coordenação;</li><li>▪ Registros dos eventos.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Elaboração de relatório anual dos resultados do estágio não obrigatório</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Página da coordenação do curso;</li><li>▪ Relatórios eletrônicos dos estagiários e os Termos de Compromisso do Estágio.</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Professores do curso;</li><li>▪ Supervisores das instituições concedentes;</li><li>▪ Alunos do curso;</li><li>▪ Outras instâncias da UFRN interessadas.</li></ul>

**Fonte: Elaborado pelos autores (2018)**

O uso das informações é algo subjetivo e ligado à necessidade de informação do usuário. No entanto, esta proposta de fluxo de informações elenca algumas sugestões, sendo que novos usos poderão ser encontrados pelos próprios usuários. Sugere-se que os professores do curso de Pedagogia sejam incentivados a analisar as informações sintetizadas no relatório anual que irão receber. Com isso, cada professor poderá identificar temáticas pertinentes ao seu componente curricular que esclareçam as lacunas de informação possivelmente mencionadas no relatório, de forma a promover a compreensão de problemas inerentes ao campo de atuação e atribuições dos alunos de Pedagogia.

No âmbito da coordenação do curso, as informações poderão ser recurso disponível para uso nas diversas decisões em relação ao curso. Essa disponibilidade de informações possibilitará, também, manter atualizado o espaço de informações sobre estágio não obrigatório da página eletrônica da coordenação.

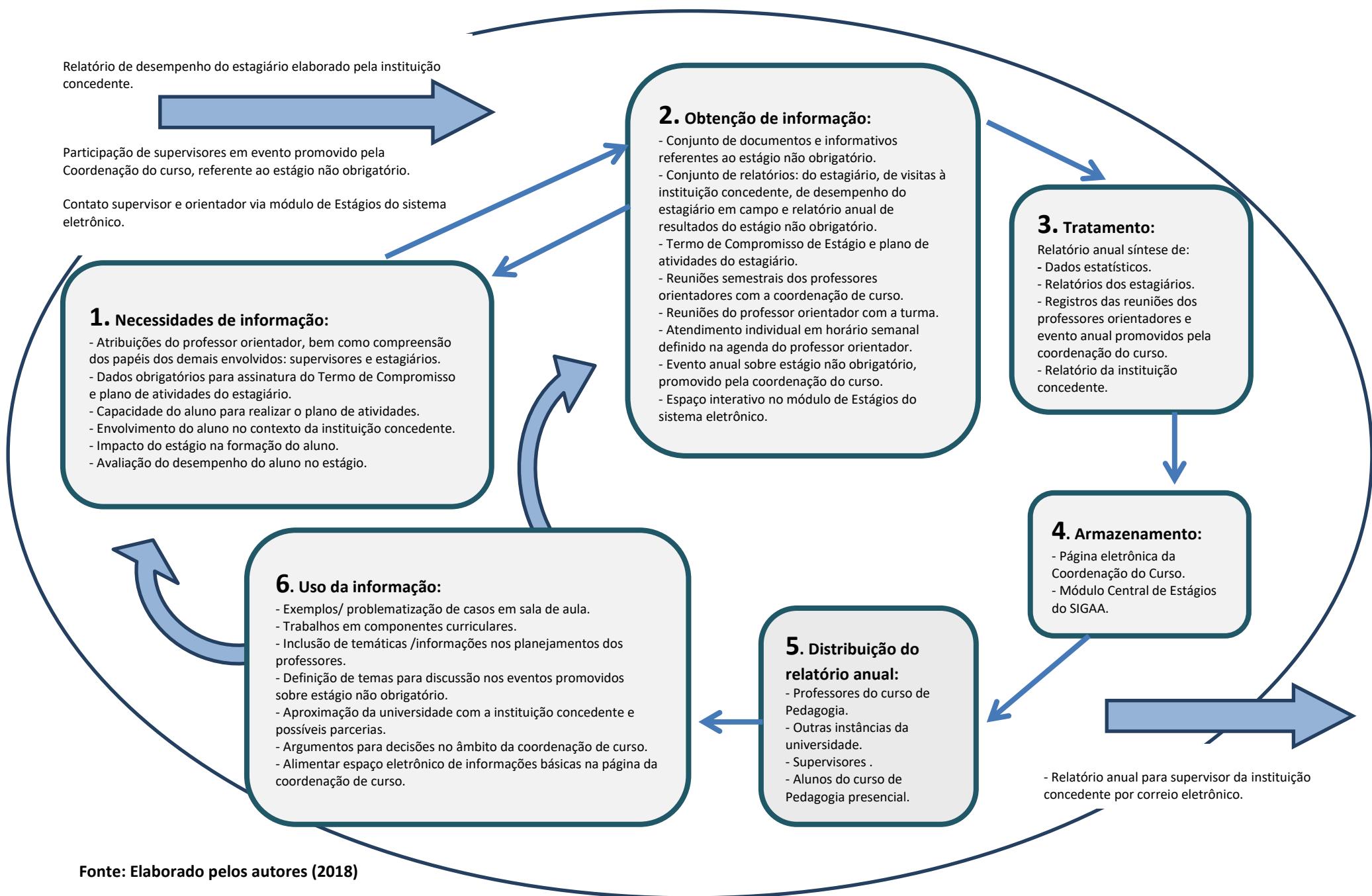
Entende-se que a etapa de uso das informações pode encerrar e reiniciar ciclos no fluxo de informações. Nesse movimento cíclico, essa etapa permite gerar novas necessidades, assim como promover diferentes maneiras de obtenção de informações, renovando o fluxo de informações.

A etapa de **descarte** não foi inserida nesse fluxo de informações, uma vez que no momento não há definições, e mesmo material informativo, que seja considerado obsoleto.

A fim de estabelecer uma formalidade na implantação desse fluxo de informações, sugere-se que a proposta seja inserida em um documento regulamentador, no caso uma resolução. Avalia-se ser o documento indicado para regular as ações de acompanhamentos do grupo de professores orientadores da coordenação de curso de Pedagogia presencial não só por figurar entre as sugestões dos entrevistados, mas também pelo caráter atribuído à resolução de disciplinar matérias específicas sem ferir a legislação.

A figura 3 apresenta o modelo de fluxo de informações descrito.

Figura 2 – Fluxo de informações proposto



Esta proposta de intervenção elaborada será apresentada à Coordenação do curso para ser levada às instâncias de discussão e deliberação do curso de Pedagogia presencial, a fim de lograr a implantação do fluxo de informações estruturado e a elaboração de uma política de informação sobre o estágio não obrigatório.

## **8 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O acompanhamento do estágio não obrigatório é uma atividade que permite a troca de informações e experiências entre o ambiente interno da universidade e o campo de trabalho dos alunos em formação. O acesso a essas informações são importantes para alimentar as discussões que embasam as decisões do curso.

A pesquisa estabeleceu um diálogo propositivo com entrevistados, analisando o fluxo existente e registrando sugestões que permitiram a elaboração de uma proposta de fluxo de informações como objeto de uma resolução, inserido, portanto, no contexto de uma Política da Informação para o acompanhamento do estágio não obrigatório no curso de Pedagogia presencial. Desta forma, os objetivos geral e específicos foram atingidos.

A proposta apresentada prioriza as necessidades de informação voltadas à formação do aluno, ampliando as fontes de informações também para o ambiente externo, o que permite reduzir a dependência que existe das fontes de informações pessoais, não documentadas. As ações de cada etapa convergem para a produção de material informacional e armazenamento em acervo que possa ser recuperado para uso a favor da qualidade da formação profissional no curso.

Este estudo mostrou que os conceitos da área de Ciência da Informação, especialmente da Gestão da Informação, são estratégicos na organização e aproveitamento das informações. As informações organizadas poderão influenciar a forma como as pessoas se relacionam com as informações do estágio não obrigatório, inclusive, contribuindo com a identificação de campos de atuação cujos projetos de estágios sejam, de fato, complementares à formação acadêmica do pedagogo. Destaca-se que essa contribuição pode estender-se a outras licenciaturas, que assim como Pedagogia, poderiam se beneficiar com informações do estágio para aperfeiçoar a formação dos seus alunos.

Contudo, a restrita literatura científica referente aos estágios não obrigatórios se constituiu uma limitação nesta pesquisa. A pouca discussão científica relacionada ao tema, enfatizado em pesquisas anteriores, não interfere no resultado alcançado, mas justifica

vários momentos deste trabalho nos quais foi preciso estabelecer relações com a literatura referente ao estágio obrigatório.

Essa pesquisa abre possibilidades para futuras investigações. Sugere-se o estudo da usabilidade do módulo de estágio do sistema eletrônico, principal suporte eletrônico do acompanhamento dos estágios, no sentido de satisfazer as necessidades dos usuários e intensificar seu aproveitamento.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEAL, Adriana. **Gestão estratégica da informação**: como transformar a informação e a tecnologia da informação em fatores de crescimento e de alto desempenho nas organizações. São Paulo: Atlas, 2004.

BRASIL. **Lei nº11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Brasília: [s.n.], 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm)>. Acesso em: 05 jan. 2017.

BRASIL. **Lei nº4.073, de 30 de janeiro de 1942**. Lei orgânica do ensino industrial. Rio de Janeiro: [s.n.], 1942. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del4073.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del4073.htm)> Acesso em: 20 ago. 2017.

CHOO, C. W. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: Senac, 2003.

COLOMBO, Irineu Mario; BALLÃO, Carmen M. Histórico e aplicação da legislação de estágio no Brasil. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 53, p. 171-186. Jul./set. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n53/11.pdf>> Acesso em: 27 ago. 2017.

DAVENPORT, Thomas H. **Ecologia da informação**: porque só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 1998.

FARIAS, G. B.; VITAL, L. P. Informação para negócios e políticas de informação. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**. Florianópolis: v. 12, n. 1, p. 87-98, jan./jun., 2007. Disponível em: <<https://revista.acb.org.br/racb/article/view/497/642>> Acesso em 12 out 2017.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INOMATA, Danielly Oliveira; ARAÚJO, Wânderson Cássio Oliveira; VARVAKIS, Gregório. Fluxos de informação na perspectiva organizacional. **Informação & Informação**, Londrina, v. 20, n. 3, p. 203-228, set./dez. 2015. Disponível em:

<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/18209/17645>> Acesso em: 30 out. 2017.

MONTEIRO, S.; DUARTE, E. Bases teóricas da gestão da informação. In**CID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 9, n. 2, p. 89-106, 2018. Disponível em: <<http://www.periodicos.usp.br/incid/article/view/133677/148275>> Acesso em: 12 abr. 2019.

NISKIER, Arnaldo; NATHANIEL, Paulo. **Educação, estágio e trabalho**. São Paulo: Integrare Editora, 2006.

PEREIRA, Regina Coeli Barbosa; PEREIRA, Rosilene de Oliveira. O estágio supervisionado no contexto da formação de professores. In: CALDERANO, Maria da Assunção (Org.). **Estágio Curricular: concepções, reflexões teórico-práticas e proposições**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012, 21-33.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2004.

PINHEIRO, Marta Macedo Kerr. O processo de construção de políticas de informação. In: MOURA, Maria Aparecida (Org.). **A construção social do acesso público à informação no Brasil**: contexto, historicidade e repercussões, Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014, p.27-46.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5.ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

TARAPANOFF, Kira. **Inteligência, informação e conhecimento em corporações**. Brasília: IBICT. 2006.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Estrutura e condição: argumentos em favor dos métodos estruturalistas em pesquisas no campo das ciências de gestão. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 2, p. 221-241, mar./abr. 2004. Disponível em: <<http://app.ebape.fgv.br/comum/arq/ACFBB.pdf>> Acesso em 23 out. 2017.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. O primeiro estruturalismo: método de pesquisa para as ciências da gestão. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 10, n. 2, p. 137-156, abr./jun. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-65552006000200008&script=sci\\_arttext&tlang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-65552006000200008&script=sci_arttext&tlang=pt)> Acesso em 23 nov. 2017

VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Ambientes e fluxos de informação em contextos empresariais: o caso do setor cárnico de Salamanca/Espanha. **Brazilian Journal of Information Science**, Marília, v.7, n. Especial, p.299-323, 1º sem. 2013. Disponível em <<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/1564>> Acesso em: 28 out. 2017.

ZABALZA, Miguel A. **O ensino universitário**: seu cenário e seus protagonistas. Porto Alegre: Artmed, 2004.